



Município de Mação

Câmara Municipal

Ata n.º 08 da Reunião Ordinária de 23-04-2026

Data da Sessão: vinte e três de abril de dois mil e vinte e seis

Início da sessão: 17:30 horas

Términus da Sessão: 21:45 horas

Membros da Câmara Municipal de Mação presentes na sessão:

Presidente: José Fernando Mendes Martins

Vereadores:

José António dos Santos Almeida

Pedro Filipe Ruivo Fernandes

Margarida Isabel de Matos Lopes

Vanda Raquel Mansinho Serra

Faltas Justificadas:

Responsável pela elaboração da Ata:

Nome: Mónica Margarida Mariquitos Romão

Cargo: Assistente Operacional

Handwritten signature in blue ink.

**----- LOCAL -----**

Sala de reuniões da Câmara Municipal, no Edifício dos Paços do Concelho. -----

----- INÍCIO -----

17:30 horas. Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

A Ordem de Trabalhos desta reunião é a seguinte: -----

1. Aprovação da ata da reunião ordinária do dia 26 de março de 2026; -----
2. Apreciação de correspondência recebida e respetivas deliberações, quando necessárias; -----
3. Conhecimento e apreciação de Levantamento e Regularização do património imobiliário municipal (ponto de situação e ações subsequentes); -----
4. Análise e eventual deliberação de Projeto de Decisão de Adjudicação da empreitada n.º 35/2025 – Construção de 12 novos fogos em dois blocos habitacionais – 3.º Procedimento – Urbanização de Santo António; -----
5. Análise e eventual deliberação do Código de Conduta do Município de Mação; -----
6. Análise e eventual deliberação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal e Plano Anual de Recrutamento do ano 2026; -----
7. Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação relativo ao ano de 2025; -----
8. Análise do parecer do Revisor Oficial de Contas; -----
9. Análise e eventual deliberação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mação;
10. Análise e eventual deliberação de pedido da Associação de Pais e Encarregados de Educação Verde Horizonte, para cedência de transporte; -----
11. Análise e eventual deliberação e ratificação de pedido do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte – Mação, para cedência de transporte; -----
12. Análise e eventual deliberação de proposta da Viagem de Finalistas do 4.º ano do Ensino básico; -----
13. Análise e eventual deliberação de proposta da Viagem de Estudo à Europa 2026; -----
14. Análise e eventual deliberação de proposta de apoio aos restaurantes presentes na Feira Mostra do concelho de Mação 2026; -----
15. Análise e eventual deliberação de pedido de apoio da Junta de Freguesia de Envendos, para apoio logístico; -----
16. Análise e eventual deliberação de pedido do Mação Futebol Clube, para cedência de sala; ---
17. Análise e eventual deliberação de pedido do Centro de Dia Nossa Senhora do Pranto, para cedência de transporte; -----
18. Análise e eventual deliberação do espetáculo para bebés "A casa da Avó", da Central de Teatro, a realizar-se no Auditório Cultural Elvino Pereira; -----



19. Análise e eventual deliberação de autorização de início de procedimento- Aquisição de eletricidade em baixa tensão normal (BTN) e baixa tensão normal – iluminação pública (BTN-IP);
20. Análise e eventual deliberação de autorização de início de procedimento- Ajuste direto para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para BTN, BTE e MT; -----
21. Análise e eventual deliberação de proposta de aquisição do imóvel e de autorização a conceder ao Presidente da Câmara Municipal de Mação para a outorga da escritura de compra e venda do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 2945 da União das Freguesias de Mação, Penhascos e Aboboreira, concelho de Mação; -----
22. Análise e eventual deliberação de proposta de aquisição do imóvel e de autorização a conceder ao Presidente da Câmara Municipal de Mação para a outorga da escritura de compra e venda do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 5975 da União das Freguesias de Mação, Penhascos e Aboboreira, concelho de Mação; -----
23. Análise e eventual deliberação de proposta de aquisição do imóvel e de autorização a conceder ao Presidente da Câmara Municipal de Mação para a outorga da escritura de compra e venda do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 51 da União das Freguesias de Mação, Penhascos e Aboboreira, concelho de Mação; -----
24. Análise e eventual deliberação de proposta de modelo de Contrato de Arrendamento Urbano Não Habitacional (Centro de Negócios de Mação); -----
25. Análise e eventual deliberação de pedido da Associação MACTT Mação, para apoio logístico e cedência de sala; -----
26. Análise e eventual deliberação sobre Direitos de Preferência, referente aos anúncios: -----
- a) 61105/2026 de 16/04/26, respeitante ao artigo matricial 5569, Mação; -----
27. Análise e eventual deliberação da InfoSICG_E4942, relativa a atribuição de número de polícia, Zimbreira, freguesia de Envendos; -----
- 28. Apreciação de requerimentos e pedidos de licenciamento das seguintes obras particulares:** -----
- a) Andreia Lobato e Pedro Antunes – Construção de moradia e muros de vedação; -----
- b) Pedro Fernandes e Maria João Martins – Construção de Anexo; -----
- c) Amélia Marques Rosa –Certidão em como o prédio rústico é atravessado por caminho público; -----
- d) Jorge da Silva Gonçalves – Certidão em como 325 m² do artigo rústico foi cedida para domínio público; -----
- e) Maria Helena Serras Moucho e outros - Requalificação de espaço comercial para habitação; -----
- f) Frederico Soares Franco - Certidão de compropriedade; -----
- g) António Jorge Gonçalves Fernandes de Jesus - Certidão de compropriedade; -----



- h) Bruno Miguel Fernandes Pires – Viabilidade de Reconstrução de edificação para habitação; -----
- i) José António Ferreira dos Santos Bernardo – Reconstrução de Habitação (Projeto Final); -----

Pontos presentes na reunião e aprovados, por unanimidade, a juntar à Ordem de Trabalhos:

- ✓ Análise e eventual deliberação sobre Direitos de Preferência, referente aos anúncios: -----
- N.º de anúncio 56293/2026 de 13/04/2026; -----
 - N.º de anúncio 61578/2026 de 16/04/2026; -----
 - N.º de anúncio 57973/2026 de 13/04/2026; -----
 - N.º de anúncio 56075/2026 de 13/04/2026; -----
 - N.º de anúncio 56081/2026 de 13/04/2026; -----
 - N.º de anúncio 57199/2026 de 13/04/2026; -----
- ✓ Reabilitação Urbana na Vila de Mação 2.º Procedimento, adjudicada à Empresa Manuel Pedro de Sousa Filhos, Lda; -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- SR. PRESIDENTE DA CÂMARA -----

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO (CIMMT) -----

O Sr. Presidente iniciou a reunião por informar sobre a sua participação em intensas jornadas de trabalho no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMMT), que decorreram ao longo de três dias e reuniram os onze Presidentes de Câmara da região. Destacou que as sessões contaram com a presença de altas entidades institucionais, designadamente os Presidentes da CCDR Centro e da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, bem como os Presidentes do IHRU, do Fundo Ambiental e do Instituto Politécnico de Tomar, a única instituição de ensino superior da comunidade. Esclareceu que nestas reuniões foram abordadas matérias de relevância regional e nacional de planeamento estratégico para o futuro do território, com especial enfoque na aplicação de fundos comunitários, financiamentos no quadro do Portugal 2030 e execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), visando articular uma resposta conjunta da comunidade intermunicipal na captação de investimento e desenvolvimento regional. -----

VOTO DE LOUVOR -----

O Sr. Presidente propôs a atribuição de um formal voto de louvor e reconhecimento à Associação de Casais de São Bento, felicitando a instituição pela forma empenhada, intensa e brilhante como acolheu a comitiva municipal e o Sr. Presidente da República António José Seguro, no decurso da recente visita oficial. Explicou que, tendo a localidade de São Bento sido escolhida em articulação direta com a equipa protocolar do Chefe de Estado, o sucesso da receção e do almoço servido deveu-se inteiramente ao trabalho louvável e dedicado desenvolvido pela referida associação. Foi



solicitado pelo Sr. Presidente que o teor deste voto de louvor fosse formalmente comunicado à Associação de Casais de São Bento. -----

PREJUÍZOS DECORRENTES DA TEMPESTADE “KRISTIN”, -----

No que diz respeito aos prejuízos decorrentes da tempestade “Kristin”, o Sr. Presidente, informou sobre a reunião de trabalho realizada na manhã da presente data com o Presidente da CCDDR Lisboa e Vale do Tejo, destinada a abordar os danos provocados no património das associações locais. Esclareceu que, embora exista um vazio regulamentar e ainda não estejam definidos os critérios de acesso aos fundos ou a eventual abertura de avisos de candidatura para as Juntas de Freguesia e associações, o Município exerceu forte pressão junto da tutela para um rápido esclarecimento desta situação. Alertou para o facto de as infraestruturas se encontrarem em progressiva degradação e lembrou que, na reunião anterior, foi já deliberado aprovar um apoio de emergência à Associação “Os Galitos”, adiantando que se encontram mais cinco ou seis associações numa situação crítica semelhante. Face ao exposto e independentemente das futuras diretrizes governamentais, assumiu o compromisso de submeter a apreciação, na próxima reunião de Câmara, um programa de subsídios extraordinários municipais para resposta imediata à reabilitação destas infraestruturas associativas. -----

ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE CHÃO DE LOPES -----

Informou que esteve presente, no passado sábado, nas comemorações do aniversário da Associação de Chão de Lopes, aproveitando a oportunidade para endereçar os parabéns à associação por mais um ano de atividade ao serviço da comunidade. Lamentou que esta associação tenha sido também severamente afetada pela recente tempestade, registando-se a destruição integral da tenda instalada no seu espaço exterior. Reforçou que o Município terá de assegurar o devido envolvimento e apoio financeiro extraordinário para auxiliar na reposição e reparação destas infraestruturas. -----

PRÓXIMA PRESIDÊNCIA ABERTA -----

O Sr. Presidente anunciou que se irá realizar a Presidência Aberta na freguesia de Amêndoa durante a próxima semana. Esclareceu que esta visita terá a duração de quatro dias, uma vez que a sexta-feira, dia um de maio, coincide com o feriado nacional do Dia do Trabalhador, mas que será um período considerado suficiente face à dimensão referida freguesia. Mais adiantou que o programa detalhado das atividades e visitas técnicas será oportunamente facultado a todos os Vereadores. Lembrou a realização da Sessão da Assembleia Municipal, agendada para a quarta-feira dia vinte e nove de abril, a qual terá lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho. --

PROTEÇÃO CIVIL -----

Informou que a construção dos dois novos tanques florestais se encontra praticamente concluída, estando prontos a encher. Adicionalmente, comunicou a recuperação de outros dois tanques florestais localizados na Serra e em Amêndoa, referindo que a estrutura da Serra já se encontra



completamente cheio, decorrendo o processo de enchimento no tanque de Amêndoa. Sublinhou a importância destas intervenções face à aproximação da época de verão, reforçando a capacidade de resposta, a prontidão e a eficácia da defesa da floresta contra incêndios no concelho. -----

COMEMORAÇÕES DO DIA 10 DE JUNHO -----

O Sr. Presidente anunciou que, no dia dez de junho, à semelhança dos anos anteriores, a Liga dos Combatentes estará presente em Mação para a realização das cerimónias oficiais comemorativas daquela data. Endereçou, o convite a todos os Srs. Vereadores para estarem presentes nas referidas comemorações, salientando que os pormenores relativos ao programa e à logística do evento serão disponibilizados oportunamente. -----

DESOBSTRUÇÃO DE ESTRADÕES FLORESTAIS -----

O Sr. Presidente mencionou o enorme esforço que tem sido desenvolvido na limpeza e desobstrução das estradas e estradões florestais, com especial incidência na zona norte do concelho, a área mais afetada pela queda de árvores, em consequência da tempestade "Kristin". Detalhou que a operação envolve diariamente cerca de trinta e cinco operacionais e uma forte mobilização logística, articulando equipas municipais com duas equipas da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, apoiadas por duas máquinas do Município e uma máquina de rasto da Comunidade. Explicou que o volume de árvores caídas exige uma atuação coordenada, em que os sapadores procedem ao corte com recurso a motosserras, sendo imediatamente seguidos pelo equipamento pesado que realiza a remoção e desimpedimento dos estradões. -----

Relativamente ao ponto de situação dos trabalhos, informou que nas áreas de responsabilidade direta da Câmara Municipal (fora do âmbito das AIGP – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem) a execução atinge já os noventa por cento, prevendo-se a sua conclusão total nos próximos quinze dias. No que respeita às áreas integradas em AIGP, adiantou que os trabalhos registam uma taxa de execução de setenta por cento, encontrando-se no terreno três equipas apoiadas por uma máquina pesada. Concluiu sublinhando que, mantendo-se o atual ritmo, os estradões florestais do concelho estarão completamente desobstruídos e limpos até ao final do mês de maio, garantindo assim as condições de segurança e acessibilidade fundamentais para o período de verão. -----

-----SR. VEREADOR PEDRO FERNANDES -----**RAID DA FERRARIA -----**

O Sr. Vereador Pedro Fernandes informou sobre a sua participação, na manhã da presente data, na conferência de imprensa de apresentação do Raid da Ferraria, realizada em Gavião. Destacou a elevada dinâmica e projeção regional deste evento desportivo, o qual conta com a organização conjunta dos municípios de Gavião (município anfitrião), Ponte de Sor e Abrantes, assinalando-se no corrente ano a estreia do Município de Mação como parceiro e parte integrante do percurso da prova. Sublinhou que a inclusão de Mação mereceu o aplauso unânime das restantes autarquias



coorganizadoras, afirmando que a iniciativa constitui uma solução estratégica de grande valor desportivo que trará benefícios para a vila e para o concelho. Mais informou que a competição terá lugar nos próximos dias vinte e três e vinte e quatro de maio. -----

-----**SRA. VEREADORA VANDA SERRA** -----

VOTOS DE PARABÉNS -----

A Sra. Vereadora Vanda Serra interveio para parabenizar o Centro Recreativo e Cultural da Queixoperra, pelo trigésimo sexto aniversário da sua fundação, bem como o Grupo Cultural “Os Maçaenses”, pela comemoração do seu trigésimo primeiro aniversário, enaltecendo o mérito e o contributo de ambas as associações para a dinamização cultural do concelho. -----

REDE ESCXEL (REDE DE ESCOLAS DE EXCELÊNCIA) -----

Sobre a Rede ESCXEL (Rede de Escolas de Excelência informou que já foi iniciado o devido procedimento de contratação destinado a legalizar e regularizar a situação administrativa e jurídica herdada de mandatos anteriores. Mais sublinhou que, com esta medida, o Município assegura a estabilidade e a continuidade da participação de Mação neste projeto educativo até ao final do ano letivo de dois mil e vinte e sete / dois mil e vinte e oito. -----

FUNDAÇÃO ÁLVARO DE CARVALHO -----

A Sra. Vereadora Vanda Serra atualizou a informação relativamente ao desenvolvimento do protocolo estabelecido com a Fundação Álvaro de Carvalho, em que se procedeu à elaboração de uma nova listagem de dez munícipes, os quais serão brevemente submetidos a entrevistas de diagnóstico para avaliar a sua elegibilidade nos critérios previstos no referido protocolo. -----

FEIRA MOSTRA -----

Informou que a Feira Mostra, do corrente ano, já tem a data definida e decorrerá no período de um a cinco de julho, com inauguração oficial a um de julho, primeiro dia de Feira. Adiantou que, em momento oportuno, será partilhado o programa detalhado das atividades. -----

-----**SRA. VEREADORA MARGARIDA LOPES** -----

BANDEIRA DE MÉRITO SOCIAL -----

A Sra. Vereadora Margarida Lopes felicitou o Município de Mação pela recente atribuição da bandeira de Mérito Social, conferida pela Associação Nacional de Gerontologia, em reconhecimento da excelência do projeto “Clube Sénior” no concelho. Manifestou um profundo agradecimento a todos os trabalhadores autárquicos que integram este projeto, enaltecendo a dedicação diária que prestam aos munícipes em prol de um envelhecimento ativo e saudável. ----
Partilhou que este projeto se iniciou no ano de dois mil e doze, resultando da visão estratégica dos anteriores Presidentes da Câmara Saldanha Rocha e Vasco Estrela, que implementaram este projeto e permitiram o seu crescimento até se tornar numa referência nacional. Recordou o percurso histórico que começou com a atividade física descentralizada nas aldeias pela Profª. Tânia Pires, a que se associou a ginástica mental com a Dra. Vanda Serra e, posteriormente, a



vertente musical com a saudosa Elisabete Loureiro. Um projeto multidisciplinar que foi evoluindo de acordo com as necessidades e sugestões das populações. Relembrou que o "Clube Sénior" já tinha sido anteriormente distinguido com o Prémio "Autarquia do Ano" e concluiu manifestando a expectativa de que o atual executivo assegure a continuidade e a constante melhoria destas atividades em benefício de Mação. -----

LIMPEZA DAS VIAS PÚBLICAS -----

A Sra. Vereadora Margarida Lopes solicitou alguns esclarecimentos relativamente à responsabilidade pela limpeza das vias públicas na União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira. Alertou para o facto de as intervenções efetuadas no período que antecedeu a Páscoa terem abrangido apenas as principais ruas da vila de Mação, situação que tem gerado reparos por parte dos munícipes. Questionou, por isso, se a competência destas operações recai sobre o Município ou sobre a União de Freguesias, pedindo ainda esclarecimentos sobre os moldes de execução dos trabalhos e os montantes financeiros envolvidos em caso de existência de acordos de execução ou atribuição de apoios financeiros por parte da Câmara Municipal. -----

LINHA DUPLA ABRANTES – ZONA DE ANADIA -----

Relativamente à linha de muito alta tensão Abrantes - Zona de Anadia questionou, o Sr. Presidente, sobre a existência de reuniões recentes com os responsáveis, visando apurar se o traçado e a solução técnica delineados para o concelho de Mação sofreram alguma alteração relativamente à última versão apresentada ao anterior Executivo Municipal. Questionou, ainda, se a Câmara Municipal já formalizou algum contributo, parecer ou sugestão técnica, sublinhando a relevância de salvaguardar os interesses do concelho antes do encerramento da consulta pública, promovida pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), cujo prazo de participação decorre até ao dia trinta de abril. -----

INTERRUPÇÃO DA CIRCULAÇÃO FERROVIÁRIA NO CONCELHO -----

Solicitou uma atualização sobre o ponto de situação da interrupção da circulação ferroviária no concelho, decorrente dos danos causados pelas fortes chuvadas associadas à tempestade Kristin. Existem constrangimentos enfrentados pelas populações devido à necessidade de realização de transbordos de passageiros com recurso a autocarros. Questionou qual tem sido o posicionamento da autarquia neste processo, se foi oficialmente ouvida pelas entidades responsáveis e que tipo de diligências e pressão tem sido exercido para acelerar a execução das obras de reparação da via férrea e se tem existido diálogo com o Município de Gavião no sentido de concertar posições e reforçar as reivindicações para uma rápida normalização do serviço. -----

LIMPEZA DAS PRAIAS FLUVIAIS -----

Quanto às operações de limpeza e gestão de combustível obrigatórias nas faixas envolventes às praias fluviais do concelho, a Sra. Vereadora Margarida Lopes, solicitou uma atualização sobre o ponto de situação destas intervenções, designadamente se os trabalhos de desmatamento e



desbaste já se encontram a decorrer no terreno ou se ainda se encontram em fase de concurso público ou de convite. -----

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) -----

A Sra. Vereadora Margarida Lopes partilhou as iniciativas promovidas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) para assinalar o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, agradecendo ao Sr. Presidente pela total abertura da autarquia nesta parceria, que se traduziu na iluminação simbólica do edifício dos Paços do Concelho em apoio a esta causa. -----

Endereçou um convite a todo o Executivo Municipal para estar presente na iniciativa do Laço Humano, uma ação de âmbito nacional, como forma de assinalar o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância. Esclareceu que o evento terá lugar no próximo dia trinta de abril, pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, nas instalações do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, aproveitando o período de intervalo escolar para mobilizar da comunidade educativa. -----

Adicionalmente, manifestou o seu descontentamento pelo facto de a CPCJ não ter sido convocada para a reunião de preparação das atividades comemorativas do Dia da Criança, solicitando esclarecimentos sobre os motivos. Sublinhou que, sendo a Presidente da comissão e representante do Município e o Sr. Presidente comissário da mesma, pensa que faria sentido esta parceria. Questionou se a parceria se mantém para este evento ou se a CPCJ deverá avançar de forma autónoma com o desenvolvimento das propostas e ideias próprias que possui para celebrar esse dia. -----

PISCINAS MUNICIPAIS -----

Questionou relativamente às Piscinas Municipais se eventualmente ocorreu cessação de funções ou saída de colaboradores e, em caso afirmativo, se já se procedeu à contratação de novos técnicos e qual o modelo de contratação. -----

-----**SR. VEREADOR JOSÉ ANTÓNIO ALMEIDA**-----

REDE ESCXEL (REDE DE ESCOLAS DE EXCELÊNCIA) -----

O Sr. Vereador José António Almeida felicitou o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores em exercício a tempo inteiro pela decisão estratégica de manter o Município de Mação e o respetivo Agrupamento de Escolas Verde Horizonte integrados no projeto da Rede ESCXEL (Rede de Escolas de Excelência). Sublinhou o impacto positivo e o crescimento que esta rede proporciona aos docentes e a toda a comunidade educativa, manifestando a sua satisfação pelo sucesso das negociações conduzidas com a Dra. Ana Paula Reis e com o Prof. David Justino. -----

Partilhou, na qualidade de representante do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, que após uma reunião da Rede de dois dias, ficou deliberado que Mação irá acolher o próximo Seminário Nacional da Rede ESCXEL. Esclareceu que, por motivos de calendarização e para garantir de experiências pedagógicas de relevo, o evento, inicialmente previsto para maio, foi reagendado para outubro ou novembro. Lançou o desafio à Câmara Municipal e ao Agrupamento de Escolas



para iniciarem uma articulação conjunta e atempada na preparação de conteúdos do seminário e de logística, eventualmente com a necessidade de mobilização de equipamentos municipais, de modo a garantir o sucesso de uma iniciativa que trará um forte protagonismo regional e nacional ao concelho. -----

BIBLIOTECA ESCOLAR - 1.º CICLO -----

Solicitou esclarecimentos, à Sra. Vereadora Vanda Serra, relativamente à inauguração ocorrida, na presente data, na Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que contou com a presença da Coordenadora Interconcelhia das Bibliotecas Escolares, da Sra. Diretora do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, a Sra. Vereadora Vanda Serra e do Sr. Vice-Presidente Pedro Fernandes. Considerou que, tratando-se de uma iniciativa importante para a comunidade educativa, os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata deveriam ter sido formalmente informados ou convidados para o evento. Nesse sentido, questionou sobre o processo de organização e quais as razões para a ausência de um convite. -----

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA VILA DE MAÇÃO -----

Reiterou o pedido de esclarecimento formulado, em janeiro passado, relativamente às alterações efetuadas nas empreitadas da Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro e da Requalificação Urbana da Vila de Mação, em particular da zona da apelidada "Reta". Argumentou que as modificações introduzidas nos projetos originais poderão pôr em causa as normas da contratação pública, defendendo que tais alterações não reúnem os pressupostos legais para serem classificadas como trabalhos a mais, considerando que tal classificação foi efetuada de forma errada. Neste contexto, solicitou, com caráter de urgência, a entrega de toda a documentação de suporte a essas alterações, incluindo a respetiva tramitação administrativa, histórico integral de registos e datas, constantes da plataforma informática *MyDoc* e que esta documentação lhe seja disponibilizada antes da próxima Reunião de Câmara. -----

REQUALIFICAÇÃO DE CARDIGOS -----

O Sr. Vereador José António Almeida comunicou que viu um vídeo do Sr. Presidente, publicado nas redes sociais do Município, acerca da empreitada de requalificação de Cardigos, em que a mensagem transmitida continha uma crítica expressa e injustificada ao anterior Executivo. Argumentou que o atual Presidente, estando em funções há cinco meses, tomou como única medida substancial, em relação a esta obra, foi a dilatação do prazo de execução à empresa adjudicatária. Sublinhou que o Executivo anterior geriu o processo dentro das suas limitações e ferramentas legais disponíveis e que, embora a decisão de prolongar o prazo contratual possa ter sido considerada a mais adequada para a população de Cardigos face ao risco de abandono da obra, não existia necessidade de desrespeitar o trabalho que foi desenvolvido pelo executivo anterior. -----

RECUPERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VERTICAL -----



Questionou sobre a reposição das placas de sinalização danificadas ou derrubadas pela tempestade, inclusive daquela cuja responsabilidade de manutenção não recai diretamente sobre a Câmara Municipal. Argumentou que, por estarem em causa questões de segurança rodoviária e atendendo a que os custos financeiros associados não assumem grande dimensão, há a necessidade de uma atenção redobrada nesta matéria para garantir uma rápida regularização das condições de circulação no concelho. -----

FEIRA MOSTRA -----

Manifestou reserva quanto à forma como foi anunciada a data da Feira Mostra, agendada de um a cinco de julho. Argumentou que, por se tratar de um certame de importância estratégica para o concelho, as datas e a organização do evento deveriam ser submetidas à apreciação do Executivo para efeitos de discussão e votação e não apenas apresentadas a título informativo, independentemente de se manter a tradição da sua realização no primeiro fim de semana de julho. Relativamente à divulgação pública, informou que viu nas redes sociais o cartaz de divulgação da Feira Mostra e felicitou os técnicos municipais pela qualidade estética do cartaz, considerando-o de elevado nível. Advertiu sobre uma lacuna relevante na promoção do certame que, sendo a Feira Mostra um evento cada vez mais focado na vertente da gastronomia, em detrimento das atividades económicas tradicionais e de artesanato, a palavra "gastronomia" não se encontra mencionada no cartaz. -----

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA SOCIAL -----

O Sr. Vereador José António Almeida, por último, apresentou uma proposta formal: "O Concelho Mação um dos mais idosos do país têm uma dinâmica social muito particular. Muitas centenas de idosos têm uma vida social e económica caracterizada por uma grande fragilidade e encontram nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) um apoio essencial na resposta a essas fragilidades. -----

É, no entanto, conhecimento de todos que estas instituições enfrentam desafios muito complexos, como sejam: -----

- Limitações de recursos financeiros e humanos; -----
- Exigências administrativas e legais, cada vez mais complexas; -----
- Necessidade de inovação e modernização dos serviços; -----
- Dificuldades na articulação e partilha de recursos. -----

Torna-se, conseqüentemente, urgente encontrar soluções estruturadas de cooperação que reforcem a eficiência, a sustentabilidade e o impacto social destas instituições. -----

Assim, os vereadores do Partido Social Democrata propõem a criação de uma Cooperativa Social, de âmbito concelhio, que funcione como estrutura de apoio, articulação e capacitação de todas as Instituições de Solidariedade Social no concelho de Mação e solicitam que a Câmara delibere: ---



-Apoiar a criação da Cooperativa Social do concelho de Mação, disponibilizando apoio técnico e logístico; -----

-Promover os mecanismos necessários à sua implementação, incluindo os financeiros; -----

-Integrar esta iniciativa na estratégia de desenvolvimento social do concelho.” -----

O Sr. Presidente, em resposta à Sra. Vereadora Margarida Lopes, reafirmou o compromisso de assegurar a continuidade e melhoria, se possível, do projeto 'Clube Sénior' e de todas as respostas sociais do concelho, identificando-se plenamente com a relevância estratégica destas atividades. Relativamente à limpeza das vias na União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, esclareceu o Sr. Presidente, que ao abrigo da Lei de Descentralização de Competências de dois mil e dezoito, a responsabilidade legal deveria recair sobre a Junta de Freguesia. Contudo, tal exigia uma negociação contratual que foi sucessivamente recusada no passado. Informou que o Município se encontra a trabalhar num processo integrado de descentralização efetiva de competências para todas as freguesias, visando garantir a igualdade de apoios, recursos humanos e compensações financeiras. Justificou que o dossier ainda não foi submetido a deliberação devido à ausência de alguns recursos humanos estruturais nos serviços, designadamente a ausência de jurista e da Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial, de baixa médica prolongada. Admitiu a existência de falhas na limpeza de algumas ruas pela União de Freguesias, mas assegurou em breve a submissão da descentralização de competências para as Juntas de Freguesia a Reunião de Câmara para regularizar definitivamente a situação. -----

Informou que o arquiteto do Município e o Chefe de Divisão, Engenheiro António Saraiva, se encontram a elaborar a participação técnica do Município no procedimento de consulta pública da Linha Dupla Abrantes – Zona de Anadia, com passagem pelo território do concelho de Mação. Adiantou que será feita uma exposição focando-se na reclamação dos prejuízos territoriais para Mação e na reivindicação das devidas medidas compensatórias. -----

Lamentou que, ao contrário da brevidade inicialmente prevista, os constrangimentos na linha da Beira Baixa, apontem para uma prorrogação indeterminada do prazo de conclusão das obras na via férrea. Alertou para as falhas já reportadas no serviço rodoviário de substituição (transbordos) e garantiu que o Município manterá uma postura de rigorosa monitorização perante este cenário de agravamento dos constrangimentos. Reportou que o assunto foi articulado no seio da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMMT), em estreita coordenação com o Município de Abrantes, igualmente afetado. -----

Esclareceu que as operações de gestão de combustível e limpeza nas praias fluviais estão a ser asseguradas por meios próprios da autarquia. Mais esclareceu que, na semana seguinte, uma das duas equipas de Sapadores Florestais da CIMMT atualmente operacionais no concelho será deslocada para reforçar estes trabalhos de desmatamento, salvaguardando a segurança das zonas balneares. -----



Relativamente à ausência de convocatória da CPCJ para a preparação do Dia da Criança, o Sr. Presidente, argumentou que a referida programação é delineada por técnicos municipais que integram simultaneamente a própria CPCJ, assegurando que a articulação e partilha de informação se encontram garantidas por essa via. -----

Por último, o Sr. Presidente manifestou estranheza perante as dúvidas levantadas sobre os técnicos das Piscinas Municipais, afirmando que não determinou qualquer orientação para a contratação ou integração de novos professores, desconhecendo qualquer alteração recente. ----

O Sr. Presidente, em resposta ao Sr. Vereador José António Almeida, manifestou a total disponibilidade e espírito de colaboração do Município para participar e apoiar logisticamente na organização do Seminário Nacional da Rede ESCXEL, agendado para outubro ou novembro. Relativamente à abertura da nova biblioteca escolar, sublinhou que a mesma resultou de um trabalho conjunto e articulado entre o Agrupamento de Escolas Verde Horizonte e a autarquia, tendo a Câmara Municipal mobilizado os seus recursos para colocar o espaço ao serviço dos alunos. -----

Assumiu o compromisso de providenciar de imediato junto dos serviços municipais a entrega célere de toda a documentação de suporte, histórico de tramitação e registos na plataforma *MyDoc* relativos às alterações nas empreitadas da Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro e da Requalificação Urbana da Vila de Mação. -----

Relativamente à publicação vídeo sobre a requalificação de Cardigos, o Sr. Presidente desvalorizou a leitura política efetuada pela oposição, lembrando que na reunião anterior explicou de forma transparente todos os trâmites e negociações associados ao processo. Enfatizou que, independentemente das diferentes interpretações ou dos altos e baixos históricos do processo, o mais relevante para os munícipes é que a empreitada se encontra em pleno curso e a decorrer com a normalidade devida. -----

Esclareceu que, face a algumas situações desagradáveis com as equipas responsáveis pela reposição de placas, emitiu diretrizes expressas e rigorosas às equipas operacionais para que procedessem à reparação e levantamento imediato de toda a sinalética vertical danificada ao longo das vias municipais, independentemente da jurisdição técnica. Reportou que estas diretrizes obtiveram uma rápida resposta, registando-se já intervenções visíveis no terreno. -----

O Sr. Presidente justificou que o anúncio, das datas da Feira Mostra, constitui uma informação de carácter corrente e recorrente, por ser consensual o seu agendamento tradicional no primeiro fim de semana de julho, que no corrente ano corresponderá ao período de um a cinco de julho. Quanto à ausência da menção explícita à gastronomia no cartaz promocional, argumentou que a mesma se encontra visualmente representada através do destaque conferido ao azeite e aos restantes produtos endógenos, acolhendo a perspetiva de aperfeiçoamento em futuras edições. -----



O Senhor Presidente referiu que, o Sr. Vereador José António Almeida, ao apresentar esta proposta está a ser intelectualmente desonesto. Afirmou que esta proposta é uma tentativa de condicionamento e limitação da ação do Executivo Municipal. Argumentou que a conduta da oposição não teve em conta o processo transparente e partilhado que vinha a ser desenvolvido, relembrando que o executivo já havia promovido duas ou três reuniões com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho. Detalhou que esses encontros serviram para consolidar um diagnóstico completo das dificuldades do setor e para debater soluções estruturais, tendo as próprias instituições apontado a criação de uma associação de IPSS como via preferencial, a par da ponderação sobre uma cooperativa social. Concluiu afirmando categoricamente que, apesar do teor da proposta submetida, o Executivo não se sentia constrangido no seu plano de ação, assegurando a continuidade convicta do caminho delineado para o setor social no concelho. -----

O Sr. Vereador José António Almeida rejeitou categoricamente o termo "desonestidade intelectual" dito pelo Sr. Presidente, garantindo que a sua conduta pública e pessoal se pauta pela retidão e que nunca foi, é ou será desonesto, nem está, esteve ou estará nas suas intenções condicionar qualquer ação do Executivo. Clarificou que a oposição não foi convidada para as reuniões promovidas com as IPSS do concelho, tendo apenas conhecimento sumário das mesmas. Justificou que a sua proposta resultou de um trabalho de investigação para apurar qual o modelo que melhor responde às necessidades financeiras, económicas e logísticas das instituições locais, contrapondo a criação de uma nova associação com a constituição de uma cooperativa social. Sublinhou que, como dirigente associativo, o Sr. Presidente conhece as dificuldades do setor, defendendo que o Município não se deve guiar por apoios casuísticos e reativos à medida que as instituições os solicitam, mas sim por uma solução estruturada. Assumiu que a apresentação do documento teve o propósito legítimo de marcar uma posição política firme e formalizar uma alternativa, evitando um rumo com o qual não concorda. Concluiu destacando que, após cinco meses de mandato, esta constitui a primeira proposta formalizada por escrito pela oposição, refletindo o sentido de responsabilidade e o dever de dar contributos estruturados para o concelho. O Sr. Presidente referiu que o processo de reflexão e diálogo com o setor social já se encontrava formalmente aberto por iniciativa do Executivo em sede de reuniões anteriores, rejeitando que a abertura do dossier decorresse da iniciativa da oposição. -----

O Sr. Vereador José António Almeida solicitou que, se a proposta não integrasse a Ordem de Trabalhos da presente Reunião de Câmara, fosse inserida na Ordem de Trabalhos da próxima Reunião de Câmara. -----

O Sr. Presidente concluiu informando que, não se irá proceder à discussão ou votação do teor do documento na presente sessão, determinando a sua inclusão na Ordem de Trabalhos da próxima reunião ordinária de Câmara para apreciação e deliberação. -----



A Sra. Vereadora Margarida Lopes questionou ainda se a CPCJ e Câmara Municipal sempre serão parceiras no Dia da Criança e se a limpeza das ruas na União de Freguesias está a ser feita pela junta de freguesia é porque não houve consenso sobre esta questão. -----

O Sr. Presidente em resposta referiu que no passado não houve negociação possível porque uma coisa é a descentralização de competências outra são acordos de execução. E não se podem fazer acordos de execução sobre matérias que estão descentralizadas. Partilhou que estão a trabalhar com todas as Juntas de Freguesia, de igual forma para que todas tenham as mesmas oportunidades. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

DISPONIBILIDADES -----

A Câmara tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria número setenta e cinco, respeitante ao dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte seis, cujos resultados demonstram: Operações Orçamentais: 6 513 740,41€ (seis milhões, quinhentos e treze mil, setecentos e quarenta euros e quarenta e um cêntimos) e em Operações Não Orçamentais: 73 538,62€ (setenta e três mil, quinhentos e trinta e oito e sessenta e dois cêntimos). -----

Deliberação n.º 2026/254 -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que foi aprovada, por unanimidade, a ata número seis da reunião vinte e seis de março de dois mil e vinte e seis. -----

CENTRO DISTRITAL DA SEGURANÇA SOCIAL -----

Foi presente a reunião email recebido, da Sra. Diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Santarém, com palavras de profundo reconhecimento e gratidão às Câmara Municipais e respetivas equipas que estiveram diretamente envolvidas nas operações desenvolvidas e na procura de soluções para responder, de forma célere e eficaz, às necessidades que se fizeram sentir na situação excecional provocada pelas intempéries do início do ano. Esta resposta empenhada, solidária e altamente profissional demonstrada pelas autarquias e pelos seus colaboradores evidenciou, uma vez mais, o elevado sentido de missão, responsabilidade institucional e o compromisso com o serviço público que caracteriza o poder local. -----

Graças a este esforço coletivo, foi possível assegurar uma resposta rápida e coordenada às dificuldades enfrentadas, reforçando a confiança das comunidades no papel essencial desempenhado pelas Câmaras Municipais, em estreita articulação como Centro Distrital de Segurança Social de Santarém. -----

Expressou a toda a Câmara Municipal e à respetiva equipa o seu mais sincero e profundo agradecimento, bem como o reconhecimento pelo relacionamento institucional exemplar, com o Centro Distrital de Segurança Social de Santarém -----



Deliberação n.º 2026/255: -----

LEVANTAMENTO E REGULARIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO MUNICIPAL -----

Foi presente a reunião informação e respetivo relatório técnico do Serviço de Gestão Patrimonial no âmbito do procedimento de aquisição de serviços de Assessoria Técnica Especializada, adjudicado à entidade SMARTVISION, para a realização de um levantamento exaustivo dos imóveis (terrenos e edifícios) pertencentes ao Município de Mação, assim como, a validação das ações a desenvolver no âmbito da regularização administrativa, contabilística e jurídica do património imobiliário municipal. -----

Procedeu-se à subsequente remessa dos documentos à Assembleia Municipal, para efeitos de acompanhamento e fiscalização. -----

O Sr. Vereador José António Almeida reconheceu o trabalho e a motivação dos Serviços na resolução deste problema de grande complexidade. -----

Deliberação n.º 2026/256: -----

CONSTRUÇÃO DE 12 NOVOS FOGOS EM DOIS BLOCOS HABITACIONAIS 3.º PROCEDIMENTO – URBANIZAÇÃO DE SANTO ANTÓNIO -----

Projeto de Decisão de Adjudicação da Empreitada n.º 35/2025 - Construção de 12 novos fogos em dois blocos habitacionais 3º Procedimento - Urbanização de Santo António -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar: -----

- Adjudicação à proposta de "EcoEdifica - Ambiente e Construções, S.A.", com o NIPC 503 554 138, no valor de € 1763.016,90 (um milhão, setecentos e sessenta e três mil, dezasseis euros e noventa centimos), conforme o n.º | do Artigo 73.º do CCP; -----

- Autorização para correção do cabimento inicial para o valor da proposta adjudicada + IVA;

- A assunção do compromisso no valor de €1.868.797,91 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, setecentos e noventa e sete euros e noventa e um centimos), correspondente ao valor da proposta adjudicada, € 1 .763.016,90 (um milhão, setecentos e sessenta e três mil, dezasseis euros e noventa centimos) acrescido do valor do IVA a 6%, €105.781 ,01 (cento e cinco mil e setecentos e oitenta e um euros e um centimo); -----

- Aprovação da minuta do contrato, em anexo (39), nos termos do Artigo 98.º do CCP, para os efeitos previstos no Artigo 94.º do CCP, que será notificada ao adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar sobre o conteúdo da mesma; -----

- Notificar o Adjudicatário para apresentação dos Documentos de Habilitação constantes do Programa do Procedimento aprovado, apresentados na forma e modo estabelecido na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, do Planeamento e das Infraestruturas, no prazo de 10 (dez) dias;

- Notificar o Adjudicatário para prestar a caução que, conforme caderno de encargos, é de 5% sobre o preço contratual, €88.150,85 (oitenta e oito mil e cento e cinquenta euros e oitenta e cinco centimos), a apresentar pelo adjudicatário do modo previsto no Artigo 90.º do CCP e no prazo de



10 (dez) dias e considerar dispensado o reforço da caução previsto no Artigo 353.º do CCP; -----

Notificar o Adjudicatário par, nos termos e para os efeitos do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, entregar o desenvolvimento do PSS para aprovação, no prazo de 10 (dez) dias. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

O Sr. Presidente informou que concorreram cinco empresas a este procedimento e que ficou em primeiro lugar a empresa "Ecoedifica". -----

A Sra. Vereadora Margarida Lopes lamentou que este processo se tenha arrastado tanto no tempo. Sublinhou a urgência de que a obra avance para que se torne uma realidade em Mação, recordando que assistiu a muitos dos concursos lançados ficarem desertos. -----

Deliberação n.º 2026/257: -----

CÓDIGO DE CONDUTA DO MUNICÍPIO DE MAÇÃO -----

Foi presente a Reunião de Câmara a proposta do Código de Conduta do Município de Mação, após submissão a um período de audiência de interessados e rececionando-se um contributo por parte de uma estrutura sindical. A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o novo Código de Conduta do Município de Mação. Foi ainda deliberado remeter o novo Código de Conduta do Município de Mação à Assembleia Municipal. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/258: -----

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE DOIS MIL E VINTE SEIS -----

Foi apresentada pelo Sr. Presidente a seguinte proposta: "Nos termos do disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, conjugados com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e suas posteriores alterações, os municípios dispõem de um mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução, contendo o número de postos de trabalho para o desenvolvimento das respetivas atividades.

Dispõe o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a organização, a estrutura e o funcionamento dos serviços da administração autárquica devem orientar-se pelos princípios da unidade da eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recurso públicos, de melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos, bem como pelos demais princípios constitucionais aplicáveis à atividade administrativa e acolhidos no Código do Procedimento Administrativo. -----

Considerando que o mapa de pessoal assume carácter dinâmico, mediante a possibilidade de



alteração sempre que se revele necessário por forma a dar resposta célere e eficaz, às solicitações e expectativas dos munícipes. -----

Nestas condições e visando suprir a necessidade identificada: -----

Pela Diretora do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, Professora Rufina da Encarnação Fernandes da Costa, de dotar o Serviço de Educação de um trabalhador para o exercício das funções de responsável pelo refeitório da escola sede, tendo em conta a idade da atual responsável. -----

E a informação n.º 2343, elaborada pela Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos, em 16/04/2026, propõe-se a seguinte alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2026, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal em Sessão de 17 de dezembro de 2026, sob proposta da Câmara Municipal de 11 de dezembro de 2026. -----

Criação do seguinte posto de trabalho: -----

1-Assistente Operacional - Com recurso a procedimento concursal comum, com vista à celebração de contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado; -----

Foram orçamentados os encargos relativos aos postos de trabalho, conforme informações de cabimento com os números 39515, 39516 e 39517, datadas 20 de abril e apenas ao correspondente processo administrativo, para as rubricas constantes do cabimento. -----

Considerando que nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, aprovar, manter ou alterar o Mapa de Pessoal do Município e tendo em conta o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e observando-se o disposto dos artigos n.ºs 28.º, 29.º e 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho na conformidade proposta, é da competência do órgão executivo propor à Assembleia Municipal a alteração ao Mapa de Pessoal. -----

Neste contexto e de acordo com as razões anteriormente expostas propõe-se: -----

- a) Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2026, em conformidade com o documento que se anexa à presente proposta, à apreciação da Assembleia Municipal dando cumprimento às disposições previstas no artigo 33.º n.º 1, alínea ccc), e artigo 25.º n.º 1 alínea o), ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- b) Que a Assembleia Municipal autorize que o órgão executivo municipal, ao abrigo das competências conferidas pelos artigos 30 e 31.º da LTFP e do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, tendo em conta as necessidades evidenciadas, bem como as disposições legais aplicáveis em matéria de gestão de despesas com pessoal que se proceda à abertura do procedimento concursal, cujo recrutamento seja aberto a candidatos com ou sem vínculo de emprego público cfr. artigos 28.º, n.º3. conjugado com o artigo 30.º, n.º4 e 6 da LTFP." -----



A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de dois mil e vinte e seis. -----

Foi ainda deliberado remeter a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal de dois mil e vinte e seis à Assembleia Municipal. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

O Sr. Vereador José António Almeida concordou com o cuidado em salvaguardar o futuro desta questão, porque independentemente da vontade da funcionária em questão, esta situação apenas se poderá manter por mais quatro anos. Referiu que, ainda está em vigor a Reserva de Recrutamento de Assistentes Operacionais para a Educação, poderia eventualmente existir alguém com o perfil para o lugar pretendido. -----

O Sr. Presidente informou que o perfil de funções vai ser devidamente estruturado e partilhou que o ideal era ser uma das trabalhadoras da cozinha a assumir essas funções, mas que não houve interesse demonstrado. -----

Deliberação n.º 2026/259: -----

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇÃO
RELATIVAS AO ANO DE 2026** -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativas ao ano de dois mil e vinte e cinco. Foi ainda deliberado enviar os documentos à Assembleia Municipal para discussão e votação. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

O Sr. Presidente no âmbito da apreciação dos documentos da Prestação de Contas relativas ao ano de dois mil e vinte e cinco, iniciou por agradecer aos técnicos municipais, nomeadamente ao Ivo Martins, à Daniela Rodrigues e ao José Garcia, pela total disponibilidade, dedicação e esforço demonstrados na elaboração do documento. Sublinhou que os referidos técnicos assumiram a preparação das contas face a uma lacuna, decorrente da ausência prolongada por motivo de baixa médica da Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial, que detém a responsabilidade da coordenação destes documentos. Garantiu que o documento reflete a realidade e a verdade da execução financeira do Município, encontrando-se devidamente validado pelo parecer e certificação legal de contas emitidos pelo Revisor Oficial de Contas (ROC). Enquadrou que a componente relativa à execução do Plano de Atividades traduz maioritariamente a gestão do mandato do Executivo anterior, interrompido no decurso do ano anterior. -----

Analizou os indicadores financeiros, justificou que a taxa de execução da despesa se fixou num valor baixo, na ordem dos sessenta por cento, por oposição a uma execução da receita prevista que atingiu os 86,4%. Esclareceu que esta diferença e o resultado da descida da execução da despesa poderá decorrer diretamente dos constrangimentos na contratação pública verificados ao longo dos anos de dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, designadamente o elevado



número de concursos públicos para empreitadas que ficaram desertos. Concluiu manifestando a total confiança do Executivo no trabalho técnico apresentado, colocando-se, a par dos técnicos presentes na sessão, à disposição dos membros da Câmara para prestar quaisquer esclarecimentos necessários antes de se proceder à respetiva votação. -----

O Sr. Vereador José António Almeida, associou-se ao reconhecimento dirigido aos técnicos Ivo Martins, Daniela Rodrigues e José Garcia, elogiando a dedicação e o esforço exigido para a consolidação dos documentos perante a ausência de Chefe de Divisão. -----

O Sr. Vereador José António Almeida contestou as declarações prestadas na reunião com a introdução assinada pelo Sr. Presidente, nos documentos da Prestação de Contas. Destacou que o orçamento municipal de dois mil e vinte e cinco foi o maior de sempre na história do concelho, sublinhando o mérito do Executivo anterior em conseguir arrecadar e cobrar uma receita superior a vinte milhões de euros, o que demonstra o realismo das previsões orçamentais da altura.. Argumentou que a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), fixada em 34,5%, não decorre de falhas de gestão, mas sim de fatores de mercado externos e imprevisíveis. Detalhou que o desfasamento se deveu inteiramente aos constrangimentos das empreitadas de habitação a custos acessíveis, cujos concursos públicos, que totalizavam mais de quatro milhões de euros, ficaram sucessivamente desertos devido à desadequação do preço base por metro quadrado estipulado pelas tutelas e caso estas obras tivessem avançado, a execução do PPI ultrapassaria os oitenta por cento. -----

O Sr. Vereador José António Almeida prosseguiu, apontando que a introdução revelava pouco cuidado pelas condicionantes reais, uma vez que o Sr. Presidente conhecia perfeitamente os motivos técnicos implícitos aos resultados apresentados. Argumentou que foram precisamente as taxas de execução fracas, do mandato anterior, que permitiram ao atual Executivo, sem um esforço, registar progressos imediatos na execução através da mera assinatura e renovação de procedimentos cujo trabalho administrativo estava consolidado, com reforço do valor, verba dependente do instituto financiador e não da Câmara. Exemplificou com a deliberação tomada na presente reunião de adjudicar um novo lote de habitações, sublinhando que a única alteração introduzida pelo novo Executivo foi fazer um novo procedimento. -----

A Sra. Vereadora Margarida Lopes subescreveu a análise e as considerações proferidas pelo Sr. Vereador José António Almeida. Manifestou o seu lamento pelas palavras e pelo tom crítico adotados na introdução do Sr. Presidente, contrapondo-a com o reconhecimento das declarações prestadas na reunião. Considerando que o documento da Prestação de Contas constitui um documento de arquivo para o Município, a Sra. Vereadora lançou o desafio ao Sr. Presidente para acrescentar estes constrangimentos técnicos e de mercado na apresentação que será submetida à Assembleia Municipal. Sublinhou que esta retificação dotará o documento de uma maior transparência e honestidade intelectual, permitindo aos membros da Assembleia e aos munícipes



um conhecimento verdadeiro e contextualizado dos motivos que ditaram as baixas taxas de execução, manifestando a expectativa de que o Executivo acolha este desafio. -----

O Sr. Vereador José António Almeida questionou o Sr. Presidente se estava confortável com o que escreveu na introdução do documento de Prestação de Contas, argumentando que é contraditório com o que referiu na presente reunião. -----

O Sr. Presidente referiu que está completamente confortável assim como relativamente à sua votação favorável ou não, da Prestação de contas. -----

Deliberação n.º 2026/260: -----

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS -----

Foi presente a reunião o Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sobre os documentos de prestação de contas do Município de Mação, relativos ao período findo em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Face ao exposto, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no âmbito do trabalho realizado, é do entendimento que os documentos de Prestação de Contas do Município de Mação se apresentam elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública. A Câmara analisou o Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e sem nada a acrescentar, remeteu para a Assembleia Municipal para conhecimento. -----

Deliberação n.º 2026/261: -----

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE MAÇÃO -----

Foi presente a reunião a revisão e atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. -----

O Sr. Presidente esclareceu que as diretrizes do referido documento já haviam sido validadas e aprovadas em de Reunião de Câmara em mandato anterior. Contudo, face à recente transição de mandatos autárquicos e a alterações em entidades institucionais parceiras, revelou-se necessária a atualização de dados e contactos de emergência. Especificou que as retificações contemplaram a nova identificação dos Presidentes de Junta de Freguesia, do Comandante do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR), do Capitão da respetiva estrutura militar e dos novos corpos dirigentes de diversas associações locais. Adicionalmente, o Sr. Presidente informou que foi efetuado um aditamento técnico ao documento, designadamente na secção relativa às redes de comunicações, onde se procedeu à inclusão da distribuição de equipamentos de rádio às Juntas de Freguesia do concelho, mantendo-se inalterada a restante matriz estrutural.

O Sr. Presidente destacou que, com a introdução destas atualizações, abrangendo a listagem atualizada de entidades, pessoas, máquinas e equipamentos disponíveis, o Município cumpre as metas regulamentares estipuladas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), dotando o território de um plano de segunda geração adaptado à realidade. Numa breve reflexão, admitiu que, embora o planeamento teórico seja suscetível de falhas ou desvios em



cenários reais de catástrofe, o documento constitui um instrumento de trabalho essencial, atualizado e dotado da veracidade necessária para dar resposta a eventuais situações de emergência. Concluiu afirmando que o plano reúne todas as condições técnicas e legais para ser submetido à proposta de aprovação definitiva pela Assembleia Municipal. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. Foi ainda deliberado remeter o novo Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil à Assembleia Municipal. -----

Deliberação n.º 2026/262: -----

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO VERDE HORIZONTE -----

PEDIDO DE APOIO NO TRANSPORTE -----

O Sr. Vereador Pedro Fernandes apresentou a seguinte proposta: "Na sequência do pedido da Associação de Pais e Encarregados de Educação Verde Horizonte, Mação, datado de 07 de abril de 2026, para apoio no transporte dos 3 alunos selecionados para participar na edição da Universidade Júnior do Porto 2026, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara possa apoiar o solicitado." A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/263: -----

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VERDE HORIZONTE -----

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE -----

Foi apresentada pelo Sr. Vereador Pedro Fernandes a seguinte proposta: "Na sequência dos pedidos do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte – Mação, datados de 14 de abril de 2026, para cedência de transporte, nos próximos dias 21 e 24 de abril, no âmbito de visitas de estudo a Rio Maior e Alpiarça, respetivamente, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara possa aprovar e ratificar o solicitado." A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e ratificar a proposta. -----

Deliberação n.º 2026/2264: -----

VIAGEM DOS ALUNOS DO 4.º ANO DO ENSINO BÁSICO -----

Foi apresentada pela Sra. Vereadora Vanda Serra a seguinte proposta: "No âmbito da Viagem dos alunos do 4.º ano do Ensino Básico, a realizar de 08 a 10 de julho ao Parque Aquático de Amarante e ao Diverlanhoso, e conforme orçamento anexo, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara possa aprovar o montante total de 156,40€ (cento e cinquenta e seis euros e quarenta cêntimos) por participante, sendo que 50% desse valor será suportado pelos Encarregados de Educação." A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, bem como a criação de um fundo de



manejo no valor de 500,00€ (quinhentos euros) a atribuir ao Técnico Superior, David Marques, para fazer face às despesas correntes. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/265: -----

VIAGEM DE ESTUDO À EUROPA 2026 -----

A Sra. Vereadora Vanda Serra apresentou a seguinte proposta: "No âmbito da Viagem de Estudo à Europa 2026, a realizar de 22 de julho a 02 de agosto, e conforme informação anexa, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara possa aprovar a mesma, nomeadamente o Percurso da Viagem, Acompanhantes, bem como a criação de fundo de caixa no valor de 10.000,00€ (dez mil euros), a atribuir ao Técnico Superior, David Marques, para fazer face às despesas correntes." A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/266: -----

FEIRA MOSTRA DO CONCELHO DE MAÇÃO 2026 -----

Foi apresentada pelo Sr. Presidente a seguinte proposta: "Na sequência dos preparativos para a Feira Mostra do Concelho de Mação 2026, deverá ser estabelecido um valor por cada senha de refeição da Câmara Municipal de Mação, a ser utilizada nos espaços de restauração. Como tal, proponho, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º – Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que o valor de cada senha de refeição seja de 15€ (quinze euros). Mais proponho, que seja atribuído a cada restaurante: -----

- 3 presuntos; -----
- (até) 30 senhas para os elementos da respetiva Associação; -----
- 300 copos; -----
- montante de 3.000,00€ (três mil euros)." -----

O Sr. Presidente reconheceu que a gastronomia representa uma parte importante da Feira Mostra, notando a crescente exigência sentida pelas associações responsáveis pela dinamização dos espaços de restauração, as quais enfrentam dificuldades de organização face ao agravamento dos custos e à logística necessária para assegurar o funcionamento. Nesse sentido defendeu a necessidade de um incentivo, por parte do Município, para assegurar a continuidade do que sabem fazer tão bem. -----

O Sr. Vereador José António Almeida concordou com o Sr. Presidente e referiu que a gastronomia é a âncora da Feira Mostra e questionou se esta informação foi disponibilizada às associações em tempo oportuno ou se só agora foi dado a conhecer este apoio. -----

O Sr. Presidente informou que foi realizada uma reunião com todas as associações que habitualmente participam na Feira Mostra, quer na restauração quer com outras atividades.



Garantiu que a primeira informação dada na reunião foi que iriam existir novidades e incentivos para as associações que assegurassem os espaços de restauração, salvaguardando que esta informação foi partilhada com as associações antes de as mesmas tomarem a decisão de participarem ou não na Feira Mostra. A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/267: -----

JUNTA DE FREGUESIA DE ENVENDOS -----

PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO -----

Foi apresentada pelo Sr. Vereador Pedro Fernandes a seguinte proposta: "Na sequência do pedido da Junta de Freguesia de Envendos, datado de 10 de abril de 2026, para apoio logístico, no âmbito da 29.ª Feira dos Sabores de Envendos, a realizar de 22 a 24 de maio de 2026, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara possa apoiar o solicitado, ressalvando que, até informação em contrário, estão cancelados todos os pedidos de utilização da tenda." -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/268: -----

MAÇÃO FUTEBOL CLUBE -----

PEDIDO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE SALA -----

O Sr. Vereador Pedro Fernandes apresentou a seguinte proposta: "Na sequência do pedido do Mação Futebol Clube, datado de 01 de abril de 2026, para disponibilização de sala no Pavilhão Municipal José Maia, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara possa apoiar o solicitado." A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, sem o voto da Sra. Vereadora Vanda Serra por ser parte interessada. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/269: -----

CENTRO DE DIA NOSSA SENHORA DO PRANTO -----

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE -----

A Sra. Vereadora Vanda Serra apresentou a seguinte proposta: "Na sequência do pedido do Centro de Dia Nossa Senhora do Pranto, datado de 04 de março de 2026, para transporte, no âmbito do Passeio anual a Campo Maior, a realizar no próximo dia 20 de maio, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara possa aprovar o solicitado." A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/270: -----

**“A CASA DA AVÓ”****ESPETÁCULO PARA BEBÉS**

A Sra. Vereadora Vanda Serra apresentou a seguinte proposta: “No âmbito do Espetáculo para Bebés “A casa da avó”, da Central de Teatro, a realizar no próximo dia 2 de maio no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, Mação, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara possa aprovar o orçamento no valor de 725,00€ (setecentos e vinte e cinco euros) + IVA, sendo o preço do bilhete de 2,00€ (dois euros) por criança.” A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata.

Deliberação n.º 2026/271:**AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO – AQUISIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E BAIXA TENSÃO NORMAL – ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BTN-IP) (MERCADO REGULADO)**

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Contratar e autorizar a respetiva despesa;
- Aprovar a escolha do tipo de procedimento;
- Aprovar as peças do procedimento;
- Aprovar o gestor de contrato;
- Delegar competências no Sr. Presidente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, e ainda a delegar no Sr. Presidente da Câmara a direção do procedimento.

Foi ainda deliberado remeter o procedimento à Assembleia Municipal, para a autorização prévia para assunção do compromisso plurianual.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata

Deliberação n.º 2026/272:**AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO PARA O FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA BTN, BTE E MT, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO DA CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS**

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- Contratar e autorizar a respetiva despesa;
- Aprovar a escolha do tipo de procedimento;
- Autorizar o convite à entidade referida no procedimento;
- Aprovar as peças do procedimento;
- Aprovar a nomeação dos membros do júri;
- Aprovar a nomeação dos gestores de contrato;



- Delegar competências no Sr. Presidente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, e ainda a delegar no Sr. Presidente da Câmara a direção do procedimento. -----

Foi ainda deliberado remeter o procedimento à Assembleia Municipal, para a autorização prévia para assunção do compromisso plurianual. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata -----

Deliberação n.º 2026/273: -----

AQUISIÇÃO DE IMÓVEL -----

A Câmara Municipal de Mação, no seguimento do exercício do direito de preferência, deliberou, por unanimidade, adquirir a Cremilde Marques Gigante Dias Correia, Josefina Maria Marques Dias Correia, Manuel Dias Correia, Maria Fernanda Gigante Marques Rodrigues, Duarte Filipe Batista de Matos Marques, Rui Gonçalo Batista de Matos Marques e Cabeça de Casal da Herança de Emanuel Augusto de Matos Marques, o prédio urbano sito em Rua Padre António Pereira de Figueiredo n.º 36, em Mação, União das Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, concelho de Mação, com a área de 178 m², inscrito na matriz sob o artigo P6633 da referida freguesia, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mação sob o número 3027/19960708, pelo valor de 110.000,00€ (cento e dez mil euros), ficando desde já nomeado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mação, José Fernando Mendes Martins, para outorgar e assinar, em representação do Município, a respetiva escritura de compra e venda. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata -----

Deliberação n.º 2026/274: -----

AQUISIÇÃO DE IMÓVEL -----

A Câmara Municipal de Mação, deliberou, por unanimidade, adquirir a Cláudia Isabel Gaspar Mendes Tavares o prédio urbano sito em Rua Padre António Pereira de Figueiredo n.º 30, em Mação, União das Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, concelho de Mação, com a área de 53 m², inscrito na matriz sob o artigo 5975 da referida freguesia, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mação sob o número 9363/20151016, pelo valor de 13.802,00€ (treze mil, oitocentos e dois euros), ficando desde já nomeado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mação, José Fernando Mendes Martins, para outorgar e assinar, em representação do Município, a respetiva escritura de compra e venda. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata -----

Deliberação n.º 2026/275: -----

AQUISIÇÃO DE IMÓVEL -----

A Câmara Municipal de Mação, deliberou, por unanimidade, adquirir a Maria Celeste Mendes Sequeira Estrela, João Carlos Belo Salgueira Alves, Cabeça de Casal da Herança de Lucas José Soares e Cabeça de Casal da Herança de Maria da Conceição Mendes Sequeira Estrela o prédio urbano sito em Rua Padre António Pereira de Figueiredo n.º 28, em Mação, União das Freguesias



de Mação, Penhascoso e Aboboreira, concelho de Mação, com a área de 168 m², inscrito na matriz sob o artigo 51 da referida freguesia, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mação sob o número 2708/19951023, pelo valor de 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros), ficando desde já nomeado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mação, José Fernando Mendes Martins, para outorgar e assinar, em representação do Município, a respetiva escritura de compra e venda. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata -----

Deliberação n.º 2026/276: -----

CENTRO DE NEGÓCIOS DE MAÇÃO -----

MODELO DE CONTRATO -----

Foi apresentada pelo Sr. Presidente a seguinte proposta: "No âmbito da celebração de futuros Contratos de Arrendamento Urbano Não Habitacional – Centro de Negócios de Mação, proponho que a Câmara possa aprovar o Modelo de Contrato anexo, no sentido de uniformização dos mesmos." A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/277: -----

ASSOCIAÇÃO MAC TT MAÇÃO -----

PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO -----

O Sr. Vereador Pedro Fernandes apresentou a seguinte proposta: " Na sequência dos pedidos da Associação MAC TT Mação, datados de 07 e 10 de abril de 2026, para apoio logístico à Prova de Trial 4x4 Mação 2026, a decorrer nos próximos dias 02 e 03 de maio, bem como requisição do cineteatro para briefing aos participantes no primeiro dia, respetivamente, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, proponho que a Câmara possa aprovar o solicitado, sendo o local do briefing no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, Mação." -----

O Sr. Presidente felicitou a Associação MAC TT pela ousadia em organizar estas provas que dinamizam a vila de Mação. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

-----DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA SOBRE IMÓVEL-----

Deliberação n.º 2026/278: -----

Foi presente a reunião, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 263-A/2007 de 23 de setembro, na sua redação atual e no âmbito da intenção de exercer o direito legal de preferência, nos termos da Portaria n.º 794-B/2007 de 23 de julho, a listagem de imóveis que à data de vinte de abril de dois mil e vinte e seis, se encontravam no Balcão CASAPRONTA, para efeitos de exercício ou não de direito legal de preferência detida pelo Município. -----

Os anúncios que constam da referida listagem é o seguinte: -----



- N.º de anúncio 61105/2026 de 16/04/2026; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, não exercer o direito legal de preferência detido pelo Município, na compra do imóvel identificado. -----

-----**ATRIBUIÇÃO DE NÚMEROS DE POLÍCIA**-----

Deliberação n.º 2025/279: -----

REQUERENTE: Ana Cristina Marques Dias Portela (Zimbreira) -----

Foi presente a reunião Informação InfoSIG_E4942, na qual é requerida a atribuição de número de polícia, ao imóvel referente ao artigo urbano 2468, situado em Rua Santo António, na localidade de Zimbreira, freguesia de Envendos. Os Serviços Técnicos, após análise, atribuíram ao imóvel o número de polícia 6. A Câmara deliberou, por unanimidade, validar o número de polícia atribuído. -----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

Deliberação n.º 2026/280: -----

CONSTRUÇÃO DE MORADIA E MURO DE VEDAÇÃO -----

REQUERENTE: ANDREIA CATARINA SERRAS LOBATO E PEDRO DANIEL FERREIRA ANTUNES -----

Foi presente requerimento de Andreia Catarina Serras Lobato e Pedro Daniel Ferreira Antunes, registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 2358 em 20/02/2026, a requerer a aprovação do projeto de arquitetura de construção de uma edificação destinada a habitação unifamiliar e muro de vedação, em Rua das Encruzilhadas, Mação, União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura. -----

Deliberação n.º 2026/281: -----

CONSTRUÇÃO DE ANEXO -----

REQUERENTE: PEDRO FILIPE RUIVO FERNANDES E MARIA JOÃO TAVARES MARTINS ---

Foi presente requerimento de Pedro Filipe Ruivo Fernandes e Maria João Tavares Martins, registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 2377, em 20/02/2026, a requerer a aprovação do projeto de arquitetura de construção de um anexo, em Rua das Encruzilhadas, Mação, União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura, sem o voto do Sr. Vereador Pedro Fernandes e da Sra. Vereadora Margarida Lopes por serem partes interessadas. -----

Deliberação n.º 2026/282: -----

EMIÇÃO DE CERTIDÃO -----

REQUERENTE: AMÉLIA MARQUES ROSA -----

Foi presente requerimento de Amélia Marques Rosa, registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 4502, em 07/04/2026, a requerer a emissão de certidão em como o artigo 118 da secção BZ, na localidade de Vale de Abelha, União de

Y MP



Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, é atravessado pela Rua Principal, podendo vir a formar duas parcelas distintas e autónomas entre si. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão da certidão. -----

Deliberação n.º 2026/283: -----

EMISSÃO DE CERTIDÃO -----

REQUERENTE: JORGE DA SILVA GONÇALVES -----

Foi presente requerimento de Jorge da Silva Gonçalves, registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 2727, em 03/03/2026, a requerer a emissão de certidão que à área total do prédio rústico com o artigo 356, da secção S, freguesia de Amêndoa, foi subtraída uma área de 325 m² para espaço público, esta área foi cedida para alargamento da Rua Principal, Rua do Vale de Eira Velha e Rua da Serra. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão da certidão. -----

Deliberação n.º 2026/284: -----

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO COMERCIAL PARA HABITAÇÃO -----

REQUERENTE: MARIA HELENA SERRAS MOUCHO E OUTROS -----

Foi presente requerimento de Maria Helena Serras Moucho e outros, registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 2672 em 02/03/2026, a requerer a aprovação do projeto de arquitetura de adaptação espaço comercial para habitação unifamiliar, em Rua das Escolas, Serra, União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura. -----

Deliberação n.º 2026/285: -----

CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE -----

REQUERENTE: FREDERICO SOARES FRANCO – NOTÁRIOS, SP, UNIP. LDA. -----

Foi presente requerimento de Frederico Soares Franco – Notários, SP, Unip. Lda. registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 5154, em 16/04/2026, a requerer parecer da Câmara Municipal nos termos da Lei das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), sobre a celebração de um ato ou negócio jurídico do qual resulta ou pode vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes do prédio rústico com o artigo n.º 308 da secção 1M, em Casal da Barba Pouca, União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que não vê inconveniente na realização do ato ou negócio jurídico. -----

Deliberação n.º 2026/286: -----

CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE -----

REQUERENTE: ANTÓNIO JORGE GONÇALVES FERNANDES DE JESUS. -----



Foi presente requerimento de António Jorge Gonçalves Fernandes de Jesus registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 5153, em 16/04/2026, a requerer parecer da Câmara Municipal nos termos da Lei das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), sobre a celebração de um ato ou negócio jurídico do qual resulta ou pode vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes do prédio rústico com o artigo n.º 86 da secção AO, em Quintal, freguesia de Carvoeiro. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que não vê inconveniente na realização do ato ou negócio jurídico. -----

Deliberação n.º 2026/287: -----

VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO PARA HABITAÇÃO -----

REQUERENTE: BRUNO MIGUEL FERNANDES PIRES-----

Foi presente requerimento de Bruno Miguel Fernandes Pires, registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 2478 em 24/02/2026, a requerer a informação prévia de viabilidade de demolição, reconstrução e ampliação de uma edificação destinada a habitação, em Rua da Figueirinha, Casas da Ribeira, União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a viabilidade de demolição, reconstrução e ampliação de uma edificação destinada a habitação. -----

Deliberação n.º 2026/288: -----

RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO -----

REQUERENTE: JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DOS SANTOS BERNARDO-----

Foi presente requerimento de José António Ferreira dos Santos Bernardo, registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 4521 em 07/04/2026, a requerer a aprovação dos projetos da especialidade, em Rua de Santo António, Vale de Junco, freguesia de Envendos. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos da especialidade. -----

Pontos presentes na reunião e aprovados, por unanimidade, a juntar à Ordem de Trabalhos:

Deliberação n.º 2026/289: -----

PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO -----

Foi presente a reunião proposta de nomeação do auditor externo do Município de Mação. A fundamentação para a escolha da entidade Amaro & Gomes, SROC, Lda. prende-se por esta entidade ser a responsável pela certificação legal de contas do Município de Mação desde onze de março de dois mil e vinte e um, permitindo assegurar a continuidade dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos com o acompanhamento da empresa. O valor proposto para a prestação do serviço é de 7.800,00€ (sete mil e oitocentos euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, para o período de doze meses, com início à data de aquisição. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----



Foi ainda deliberado remeter a proposta de nomeação do auditor externo do Município de Mação à Assembleia Municipal. -----

Deliberação n.º 2026/290: -----

REABILITAÇÃO URBANA NA VILA DE MAÇÃO 2.º PROCEDIMENTO, ADJUDICADA À EMPRESA MANUEL PEDRO DE SOUSA FILHOS, LDA. -----

A Câmara deliberou, por maioria, com abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata, aprovar: -----

- Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar no valor correspondente aos trabalhos complementares 1, €43.800,45 (quarenta e três mil, oitocentos euros e quarenta e cinco cêntimos) acrescido de €2.628,03 (dois mil, seiscentos e vinte e oito euros e três cêntimos) referente ao IVA, totalizando €46.428,48 (quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e oito euros e quarenta e oito cêntimos), prevendo-se que a despesa seja realizada na sua totalidade em 2026; -----

- A assunção do compromisso no valor total €46.428,48 (quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e oito euros e quarenta e oito cêntimos), IVA incluído; -----

- Autorizar a formalização dos trabalhos complementares por escrito, em cumprimento do Artigo 375.º do CCP, por aditamento ao contrato, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do artigo 311.º do CCP; -----

- Exigir caução, nos termos do Artigo 88.2 do CCP, no valor de €2.190,02 (dois mil, cento e noventa euros e dois cêntimos), correspondente a 5% sobre o preço contratual, de acordo com o n.º 1 do Artigo 89.9 do CCP e dispensar o reforço da caução previsto no Artigo 353 g do CCP, conforme previsto no mesmo; -----

- Aprovar a minuta da adenda ao contrato, Adicional n.º 2, em anexo (4), nos termos do Artigo 98.2 do CCP, que será notificada ao adjudicatário para no prazo de 2 (dois) dias se pronunciar sobre o conteúdo da mesma; -----

- Proceder à publicitação da modificação do contrato, nos termos do artigo 315.2 do CCP. -

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da ata para execução imediata. -----

Deliberação n.º 2026/291: -----

CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE -----

REQUERENTE: ANTÓNIO JORGE GONÇALVES FERNANDES DE JESUS. -----

Foi presente requerimento de António Jorge Gonçalves Fernandes de Jesus registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 5347, em 20/04/2026, a requerer parecer da Câmara Municipal nos termos da Lei das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), sobre a celebração de um ato ou negócio jurídico do qual resulta ou pode vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes do prédio rústico com o artigo n.º 138 da secção CJ, em Tapada Eira, freguesia de Envendos. Tendo em conta o parecer

Vp.



favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que não vê inconveniente na realização do ato ou negócio jurídico. -----

Deliberação n.º 2026/292: -----

EMIÇÃO DE CERTIDÃO -----

REQUERENTE: ANDRÉ FILIPE SUSANA VICENTE -----

Foi presente requerimento de André Filipe Susana Vicente, registado no software de sistema de gestão documental MYDOC, com o número de entrada 5237, em 17/04/2026, a requerer a emissão de certidão que ao prédio rústico com o artigo 60, da secção 1T, localizado na Fonte da Bica, n.º 159, União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira, foi retirada a área de 104 m² para alargamento da rua pública. Tendo em conta o parecer favorável dos Serviços Técnicos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a emissão da certidão. -----

Deliberação n.º 2026/293 a 2026/298: -----

Foi presente a reunião, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 263-A/2007 de 23 de setembro, na sua redação atual e no âmbito da intenção de exercer o direito legal de preferência, nos termos da Portaria n.º 794-B/2007 de 23 de julho, a listagem de imóveis que à data de dezanove de janeiro de dois mil e vinte e seis, se encontravam no Balcão CASAPRONTA, para efeitos de exercício ou não de direito legal de preferência detida pelo Município. -----

Os anúncios que constam da referida listagem são os seguintes: -----

- N.º de anúncio 56293/2026 de 13/04/2026; -----
- N.º de anúncio 61578/2026 de 16/04/2026; -----
- N.º de anúncio 57973/2026 de 13/04/2026; -----
- N.º de anúncio 56075/2026 de 13/04/2026; -----
- N.º de anúncio 56081/2026 de 13/04/2026; -----
- N.º de anúncio 57199/2026 de 13/04/2026; -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, não exercer o direito legal de preferência detido pelo Município, na compra dos imóveis identificados. -----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Sendo esta uma sessão pública, foi dada a oportunidade aos munícipes presentes para intervir. Presente na reunião, o munícipe Sr. José Murta questionou sobre os estragos causados pelos javalis, na agricultura, o que tem levado ao abandono de muitas hortas e pede ao município para tomar medidas, em conjunto com outros municípios, para controlo desta praga. Partilhou que foi feita uma limpeza da planta invasora háquea, entre vale da Gama e São José das Matas e questionou se haverá continuação da referida limpeza, informou ainda que durante a limpeza houve destruição de marcos de limites das propriedades e referiu que aos proprietários deveriam ter sido contactados porque agora tem dificuldade em saber os limites dos seus terrenos. Solicitou que indicação do local dos marcos fosse efetuada ou terá de agir em conformidade com a lei, o

YMP



que quer evitar. Comunicou que tem um terreno junto ao caminho que vai para o cemitério de São José das Matas, e que sempre que chove provoca constrangimentos devido a uma vala existente, pede para que as entidades se desloquem ao local para averiguarem qual a melhor solução e se necessário poderá ceder algum do seu terreno para a melhor resolução do problema.

A munícipe Sra. Cláudia Santos, elemento do Movimento Cívico S.O.S Aviário em Mação, partilhou que há pouco conhecimento sobre esta matéria e para haver mais informação tomaram iniciativa de fazer uma sessão de esclarecimentos, no dia dois de maio às dezoito horas, em Mantela e endereçou o convite a todo o executivo e a toda a população, para estarem presentes. Vão prestar esclarecimentos de âmbito técnico e também visualizar *in situ* o local onde se pretende construir a unidade de produção de ovos. Convidou a Câmara a fazer uma fiscalização mais ativa a este local. -----

A munícipe Sra. Susana Mendes, também elemento do Movimento Cívico S.O.S Aviário em Mação, partilhou que a Uniovo teve um parecer técnico desfavorável para ampliar a unidade de Ferreira do Zêzere e pretende saber quais são os verdadeiros impactos, não só económicos, mas principalmente ambientais. As obras avançam sem existirem ainda pareceres técnicos e existe muita falta de informação. -----

O munícipe Sr. Vasco Gueifão, também elemento do Movimento Cívico S.O.S Aviário em Mação, partilhou a preocupação com a escala deste investimento e questionou o estado da autorização deste projeto, gostaria de ter acesso aos estudos de impacto económico, financeiro e social para os residentes em Mação e se irá existir uma ata com o conteúdo do que foi exposto pelos munícipes nesta reunião e se terão acesso a este documento. -----

A munícipe Sra. Catherine Muetze questionou se o município de Mação tem leis ou regras para analisar o impacto para o ambiente desta construção e para quando está previsto a implantação da unidade de produção de ovos. -----

O munícipe Sr. Carlos Gueifão perguntou se a Câmara tem um levantamento dos novos residentes em Mação. Questionou que benefícios teve, a Uniovo, para estar a investir em Mação, tendo sede em Ferreira do Zêzere. Partilhou ainda que o jornal Voz da Minha Terra está disponível para comunicar, se a Câmara o entender e solicita que a população seja informada, com transparência, do que vai acontecendo em Mação. -----

A munícipe Sra. Adriana Peixoto disse que está alarmada com o aviário porque há pouca informação sobre esta implementação e pediu transparência neste processo. -----

O Sr. Presidente, em resposta aos munícipes, referiu que proliferação de javalis tem assumido uma dimensão alarmante em diversas zonas do concelho. Foram reportados graves prejuízos materiais causados em vinhas, vedações, paredes e hortas, sublinhando que a subsistência da atividade agrícola exige atualmente investimentos avultados por parte dos produtores em estruturas de proteção, mantendo-se, ainda assim, um elevado nível de risco para as culturas.



Mais referiu que, embora o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e as associações de caçadores detenham responsabilidades diretas na gestão destas espécies, a problemática já se encontra em discussão na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMMT), reunindo a preocupação de todos os Presidentes de Câmara da região com o propósito de definir e implementar medidas urgentes e concertadas de controlo da espécie. -----

Quanto ao controlo e limpeza de háqueas, recordou que o projeto de intervenção inicial foi executado há dois anos. Informou que, de acordo com as diretrizes e os termos estabelecidos à data com a empresa responsável, estava prevista uma segunda passagem de manutenção com o intuito de erradicar a espécie nas zonas intervencionadas. Sublinhou que, embora a primeira fase dos trabalhos tenha apresentado resultados positivos, a ausência de manutenção compromete a eficácia do projeto, promovendo um crescimento ainda mais agressivo da planta após a intervenção inicial. Mais adiantou que o processo se encontra sob a gestão do Gabinete Florestal, tendo o Sr. Presidente assumido o compromisso de verificar junto daquele serviço o atual estado de execução dos trabalhos de erradicação desta espécie invasora assim como da destruição e deslocação dos marcos de delimitação de propriedade. -----

Sobre a necessidade de intervenção no caminho do cemitério de São José das Matas, o Sr. Presidente informou que se irá realizar a Presidência Aberta na freguesia de Envendos durante a última semana do próximo mês de maio. Adiantou que, no âmbito dessa iniciativa, será agendada uma reunião técnica e efetuada uma visita conjunta ao local mencionado, com o propósito de avaliar as melhorias necessárias e planear a regularização do caminho. -----

O Sr. Presidente, face ao conjunto de questões e solicitações que foram apresentadas pelo público, procedeu a um ponto de situação relativo ao Centro de Produção de Ovos da Mantela. Esclareceu que as intervenções, movimentações e organização de terrenos que têm decorrido no local foram autorizadas em mandatos anteriores ao abrigo do regime de obras de escassa relevância urbanística. Relativamente ao processo principal de licenciamento para a construção do referido centro de produção, informou que não se registou qualquer desenvolvimento desde a última reunião de Câmara. Detalhou o histórico administrativo do processo, esclarecendo que, até à data, apenas deram entrada na autarquia Pedidos de Informação Prévia (PIP): o primeiro, submetido no ano de dois mil e vinte e um, que se encontra atualmente caducado, mas que esteve na origem dos trabalhos iniciais no terreno e um segundo pedido, que deu entrada nos serviços municipais a dezassete de dezembro do ano passado, encontrando-se este último em fase de análise técnica pelos serviços competentes. Sublinhou que a autarquia condicionou a submissão de qualquer processo de licenciamento à realização prévia de uma apresentação e discussão pública por parte da empresa, de modo a que a comunidade conheça detalhadamente o projeto e os seus impactos. Mais esclareceu que a calendarização desta sessão pública, inicialmente prevista para o início do ano, foi adiada devido aos danos sofridos pela empresa nas instalações

em Ferreira do Zêzere decorrentes da recente tempestade, estando em curso contactos para o seu agendamento. O Sr. Presidente reiterou que o Executivo Municipal aguarda a emissão dos pareceres vinculativos das entidades administrativas competentes, designadamente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e que a conformidade técnica destes pareceres é um requisito essencial e determinante, uma vez que, sem a validação positiva das referidas entidades, os serviços técnicos municipais inviabilizarão qualquer apreciação ou aprovação em sede de Reunião de Câmara. Informou o Executivo de que foi formalmente agendada, no dia de ontem, uma visita técnica às instalações da empresa em Ferreira do Zêzere para o próximo dia dezoito de maio, endereçando desde já o convite formal a todos os Srs. Vereadores para integrarem a comitiva, com o propósito de conhecimento direto e aprofundado sobre a natureza da atividade e os métodos de produção. Reiterou que esta visita, a par da posterior sessão pública de esclarecimento, asseguram a total transparência sobre a dimensão e os impactos da infraestrutura antes da submissão de qualquer pedido de licenciamento de construção. Adicionalmente, face aos relatos apresentados na sessão, o Sr. Presidente assumiu o compromisso de enviar no dia seguinte equipas técnicas da fiscalização municipal ao local na Mantela, acompanhadas por si próprio, para realizar uma vistoria *in loco* e verificarem se os trabalhos em curso cumprem as autorizações concedidas para a reorganização e limpeza de terrenos, ou se se verificam edificações não licenciadas. Lamentou a divulgação de informações infundadas e suposições na esfera pública e confirmou a sua presença na sessão de esclarecimento agendada para o dia dois de maio. -----

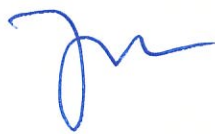
Partilhou que a organização e convocatória da referida sessão pública serão da estrita responsabilidade da Câmara Municipal, a qual convidará a empresa a divulgar o projeto e, simultaneamente, convocará toda a população a participar. Sublinhou que esta reunião não se destina a uma mera audição passiva por parte dos munícipes, mas sim a assegurar um espaço de debate, onde todos os cidadãos terão plena liberdade e igualdade para formular perguntas, apresentar sugestões e manifestar as suas posições, quer sejam favoráveis ou desfavoráveis ao investimento. Reiterou a informação de que as obras de construção só se poderão iniciar após a devida emissão do alvará de licenciamento por parte da Câmara Municipal. -----

O Sr. Vereador José António Almeida enalteceu o papel e a mobilização do Movimento Cívico, considerando a sua atuação uma lição de cidadania e um contributo extraordinário para o concelho, que obriga os decisores políticos a um cuidado redobrado, retirando qualquer margem para o desconhecimento dos impactos do projeto. Reiterou que o Município autorizou apenas operações de movimentação de terras sem escassa relevância urbanística. Vincou o compromisso inequívoco de que os pareceres técnicos das entidades competentes serão avaliados até à exaustão, assegurando que o Executivo não viabilizará qualquer investimento que coloque em causa o património ambiental de Mação. Recordou, a título de exemplo, que o concelho se afirmou

como o principal centro produtor de presuntos do país mantendo uma política rigorosa de não licenciamento de explorações pecuárias, para salvaguarda do seu ambiente. Argumentou que a decisão política exige ponderação técnica rigorosa entre os riscos e os benefícios económicos do centro de produção de ovos, sublinhando que fatores como o impacto logístico do transporte e substituição anual de oitocentas mil galinhas terão um grande impacto. Concluiu, incentivando o Movimento Cívico a manter um discurso sério e fundamentado, agradecendo o seu envolvimento na defesa dos valores do concelho. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

O Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar foi lavrada a presente ata que, depois de aprovada vai ser assinada conjuntamente pelo Sr. Presidente e por mim, Mónica Margarida Mariquitos Romão, Assistente Operacional, na qualidade de secretária da reunião, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

 Mónica Margarida Mariquitos Romão